



Termo Aditivo n.º 1 ao Acordo de Cooperação Técnica n.º 007/2013. PA-192/13. PARTICIPES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco-TRE/PE e Universidade Federal de Pernambuco- UFPE. OBJETO: nova redação de cláusula contratual. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 16/10/13. SIGNATÁRIOS: pelo TRE/PE, Marília Gonçalves Beraú, Diretora-Geral; pela UFPE, Anísio Brasileiro de Freitas Dourado, Reitor.

Espécie: Termo Aditivo n.º 3 ao Contrato n.º 022/2010. PROCESSO: PA 75/10. MODALIDADE: Pregão n.º 20/10 - Eletrônico. ESPÉCIE: Locação. CONTRATANTES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e Pernambuco Digital Ltda. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência contratual pelo período de 1º/1/14 a 31/12/14. FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93 e Parágrafo Único da Cláusula Segunda do instrumento contratual. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ação 059393-Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral. Elemento: 3390.39.14 - OST Pessoa Jurídica. Valor da Despesa: R\$ 7.560,00. DATA DE ASSINATURA: 24/10/13. SIGNATÁRIOS: pelo Contratante, Robson Costa Rodrigues, Diretor-Geral em exercício e, pela Contratada, Hamilton de Almeida Valério Júnior, Sócio.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: Lince Segurança Eletrônica Ltda. CNPJ da Contratada: 10.565.981/0001-78. Objeto: Prestação de serviços especializados e continuados de ascensorista. Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0042. Natureza da Despesa: 3.3.90.39. N.º do Empenho: 2013NE002230. Data do Empenho: 15/10/2013. Valor mensal: R\$ 2.788,98. Data da assinatura: 21/10/2013. Vigência: 04/11/2013 a 31/07/2014. Pregão n.º 110/2013. Contrato n.º 086/2013.

#### EDITAL Nº 1, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013

##### CONCURSO PÚBLICO

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 2º e 5º da Resolução TRES n.º 7.877, de 3.4.2013, alterada pela Resolução TRES n.º 7.885, de 17.6.2013, e tendo em vista o disposto na Resolução TSE n.º 23.391, de 16.5.2013 e na Resolução TRES n.º 7.740, de 20.1.2009, torna pública a realização de CONCURSO PÚBLICO para o provimento do cargo efetivo vago de Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Arquivologia e para formação de cadastro de reserva para os cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária; Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Análise de Sistemas; Técnico Judiciário - Área Administrativa; e de Técnico Judiciário - Área de Apoio Especializado - Programação de Sistemas do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

##### 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso será realizado sob a responsabilidade, organização e controle da CONSULTEC CONSULTORIA EM PROJETOS EDUCACIONAIS E CONCURSOS Ltda., localizada em Salvador/BA, endereço eletrônico [www.consultec.com.br](http://www.consultec.com.br), doravante denominada CONTRATADA, e sob a coordenação da Comissão de Concurso Público designada pela Portaria DG n.º 168, de 15.4.2013, alterada pelas Portarias DG n.º 254/2013, de 13.6.2013 e n.º 375/2013, de 27.8.2013, obedecidas as normas deste Edital.

1.2 O presente Concurso destina-se ao preenchimento de 1 (uma) vaga para o cargo de Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Arquivologia e à formação de cadastro de reserva para atendimento às vagas que vierem a existir dentro do prazo de validade definido neste Edital, conforme o quadro abaixo:

##### QUADRO 1

COD.	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	VAGAS	VAGAS PD*	TOTAL DE VAGAS	CADASTRO RESERVA
101	Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Arquivologia	1	0	1	SIM
102	Analista Judiciário - Área Judiciária	0	0	0	SIM
103	Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Análise de Sistemas	0	0	0	SIM
104	Técnico Judiciário - Área Administrativa	0	0	0	SIM
105	Técnico Judiciário - Área de Apoio Especializado - Programação de Sistemas	0	0	0	SIM

\*Vagas reservadas a candidatos portadores de deficiência, na forma e condições previstas neste Edital.

1.3 Os candidatos aprovados neste certame para o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, somente serão nomeados após a expiração do prazo de validade do Concurso Público n.º 1/2011 para o referido cargo: 7 de junho de 2014.

1.4 Em razão de decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança n.º 819-76.2011.6.24.0000 (Acórdão TRES n.º 26.355), existem, nesta data, dois servidores em quadro suplementar que deverão necessariamente ocupar as duas próximas vagas do cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, que vierem a vagar na Sede deste Tribunal.

1.5 As provas serão realizadas no dia 19 de janeiro de 2014 e serão aplicadas nos municípios de Florianópolis, Lages, Chapecó, Tubarão e Joinville, podendo, em vista da quantidade de candidatos inscritos e em função de outros fatores logísticos - a critério da Comissão em conjunto com a Direção-Geral do TRES -, ser realizadas também em outros municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, em locais a serem divulgados na forma estabelecida no item 3 deste Edital.

1.6 Os candidatos classificados e não nomeados poderão, a critério da Presidência do TRES, ser aproveitados por outro órgão do Poder Judiciário da União que manifeste interesse, obedecida a respectiva classificação e desde que observadas as exigências previstas no art. 26 da Resolução TSE n.º 23.391/2013.

##### 2 - DOS CARGOS E DOS REQUISITOS

2.1 Os requisitos dos cargos oferecidos neste Concurso e as informações sobre as respectivas remunerações estão detalhados a seguir:

##### QUADRO 2

COD.	CARGO	REQUISITOS DO CARGO	VENCIMENTO BÁSICO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA - GAJ (I)	REMUNERAÇÃO MENSAL INICIAL
101	Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Arquivologia	Diploma ou Certificado de conclusão de curso de graduação de ensino superior em Arquivologia, reconhecido pelo Ministério da Educação.	R\$ 4.633,67	R\$ 2.872,88	R\$ 7.506,55
102	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diploma ou Certificado de conclusão de curso de graduação de ensino superior em Direito, reconhecido pelo Ministério da Educação.	R\$ 4.633,67	R\$ 2.872,88	R\$ 7.506,55
103	Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Análise de Sistemas	Diploma ou Certificado de conclusão de curso superior em Ciência da Computação, Tecnologia da Informação ou equivalente, reconhecido pelo Ministério da Educação.	R\$ 4.633,67	R\$ 2.872,88	R\$ 7.506,55
104	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Certificado de conclusão de ensino médio, expedido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação.	R\$ 2.824,17	R\$ 1.750,99	R\$ 4.575,16
105	Técnico Judiciário - Área de Apoio Especializado - Programação de Sistemas	Certificado de conclusão de curso de ensino médio ou de curso técnico equivalente, expedido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, acrescido, em qualquer caso, de cursos de programação de sistemas ou disciplinas de graduação equivalentes, totalizando, no mínimo, 180 horas/aula.	R\$ 2.824,17	R\$ 1.750,99	R\$ 4.575,16

(1) - Correspondente à 62% (sessenta e dois por cento) do vencimento básico, conforme escalonamento previsto no inciso I do §1º do art. 13 da Lei n.º 11.416/2006, com redação dada pela Lei n.º 12.774/2012.

2.1.1 Para todos os cargos, a remuneração mensal será acrescida do auxílio-alimentação, atualmente estabelecido em R\$ 710,00 (setecentos e dez reais), nos termos da Portaria n.º 593, de 29.11.2011, do Tribunal Superior Eleitoral, e de R\$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos), correspondente à Vantagem Pecuniária Individual instituída pela Lei n.º 10.698, de 2.7.2003.

2.2 A descrição sumária das atribuições de cada cargo deste Concurso consta do Anexo I deste Edital.

2.3 Os candidatos aprovados para os cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária e Técnico Judiciário - Área Administrativa, se nomeados, serão lotados preferencialmente em quaisquer das Zonas Eleitorais do Estado de Santa Catarina relacionadas no Anexo III deste Edital, observado o disposto no item 9.3.1.

2.3.1 O candidato aprovado para o cargo de Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Arquivologia, será lotado na Seção de Arquivo do TRES.

2.3.2 Os candidatos aprovados para os cargos de Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Análise de Sistemas e Técnico Judiciário - Área de Apoio Especializado - Programação de Sistemas, se nomeados, serão lotados na Sede do Tribunal, localizada em Florianópolis.

2.4 DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A INVESTIDURA NOS CARGOS

2.4.1 O candidato aprovado e classificado neste Concurso deverá atender aos requisitos específicos exigidos para o cargo, conforme estabelecido no item 2.1 deste Edital e, cumulativamente, no ato da posse, apresentar:

a) prova de ser brasileiro ou de gozar das prerrogativas dos Decretos n.º 70.391, de 12.4.1972, e n.º 70.436, de 18.4.1972, e do art. 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) comprovante de quitação eleitoral e, se candidato do sexo masculino, também do serviço militar;

c) certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelos Foros das Justas Federal e Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos 5 (cinco) anos;

d) certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato nos últimos 5 (cinco) anos;

e) comprovante de idade mínima de 18 (dezoito) anos;

f) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

g) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei n.º 8.112, de 11.12.1990;

h) declaração de bens;

i) declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, bem como do não recebimento de proventos decorrentes de inatividade em cargos inacumuláveis, nos termos dos arts. 118 a 120 da Lei n.º 8.112, de 11.12.1990, com a redação conferida pela Lei n.º 9.527, de 10.12.1997 (art. 118, § 3º, 119 e 120), e pela Medida Provisória n.º 2.225-45, de 4.9.2001 (art. 119, parágrafo único);

j) atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo, expedido pela junta médica oficial do TRES, mediante inspeção; e

k) declaração de que não é filiado a partido político.

##### 3 - DA DIVULGAÇÃO

3.1 A divulgação oficial de todas as etapas, resultados e demais comunicações referentes a este Concurso se dará na forma de editais, extratos de editais e avisos, nos meios e locais previstos neste Edital.

3.2 A divulgação será realizada pelo endereço eletrônico da CONTRATADA, [www.consultec.com.br](http://www.consultec.com.br), especialmente no tocante às seguintes etapas e datas:

a) relação dos pedidos de isenção deferidos/deferidos, a partir do dia 22 de novembro de 2013;

b) relação preliminar das inscrições deferidas e relação das inscrições indeferidas, a partir do dia 6 de dezembro de 2013;

c) relação dos candidatos inscritos (inscrições homologadas), a partir do dia 16 de dezembro de 2013;





d) se a deficiência for considerada incompatível com as atribuições do cargo, o candidato terá seu nome excluído das listas de classificação em que figurar.

#### 5 - DAS PROVAS

5.1 Serão aplicadas, para todos os cargos, provas objetivas (conhecimentos gerais e conhecimentos específicos) de múltipla escolha e, para os cargos de Analista Judiciário, também prova discursiva, todas de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos constantes do Anexo II deste Edital, em questões distribuídas entre as disciplinas previstas no quadro a seguir.

#### QUADRO 4

Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Arquivologia		
PROVA I - OBJETIVA CONHECIMENTOS GERAIS		
DISCIPLINA	N. DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Língua Portuguesa	10	0,4
Noções de Informática	5	0,4
Normas aplicáveis aos servidores públicos federais	5	0,4
Raciocínio lógico	3	0,4
Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	2	0,4
<b>TOTAL DA PROVA</b>	<b>25</b>	<b>10</b>
PROVA II - OBJETIVA CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS		
DISCIPLINA	N. DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Conhecimentos específicos exigidos para o cargo, detalhados no Anexo II	50	0,2
<b>TOTAL DA PROVA</b>	<b>50</b>	<b>10</b>
PROVA III - DISCURSIVA		
DISCIPLINA	N. DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR QUESTÃO
Conhecimentos específicos exigidos para o cargo, detalhados no Anexo II	2	5
<b>TOTAL DA PROVA</b>	<b>2</b>	<b>10</b>
Analista Judiciário - Área Judiciária		
PROVA I - OBJETIVA CONHECIMENTOS GERAIS		
DISCIPLINA	N. DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Língua Portuguesa	10	0,4
Noções de Informática	5	0,4
Normas aplicáveis aos servidores públicos federais	5	0,4
Raciocínio lógico	3	0,4
Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	2	0,4
<b>TOTAL DA PROVA</b>	<b>25</b>	<b>10</b>
PROVA II - OBJETIVA CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS		
DISCIPLINA	N. DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Direito Constitucional	10	0,2
Direito Eleitoral	15	0,2
Direito Administrativo	15	0,2
Direito Civil	2	0,2
Direito Processual Civil	3	0,2
Direito Penal	2	0,2
Direito Processual Penal	3	0,2
<b>TOTAL DA PROVA</b>	<b>50</b>	<b>10</b>
PROVA III - DISCURSIVA		
DISCIPLINA	N. DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR QUESTÃO
Direito Eleitoral	1	5
Direito Administrativo	1	5
<b>TOTAL DA PROVA</b>	<b>2</b>	<b>10</b>
Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Análise de Sistemas		
PROVA I - OBJETIVA CONHECIMENTOS GERAIS		
DISCIPLINA	N. DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Língua Portuguesa	15	0,4
Normas aplicáveis aos servidores públicos federais	5	0,4
Raciocínio lógico	3	0,4
Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	2	0,4
<b>TOTAL DA PROVA</b>	<b>25</b>	<b>10</b>
PROVA II - OBJETIVA CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS		
DISCIPLINA	N. DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Conhecimentos específicos exigidos para o cargo, detalhados no Anexo II	50	0,2
<b>TOTAL DA PROVA</b>	<b>50</b>	<b>10</b>
PROVA III - DISCURSIVA		
DISCIPLINA	N. DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR QUESTÃO
Conhecimentos específicos exigidos para o cargo, detalhados no Anexo II	2	5
<b>TOTAL DA PROVA</b>	<b>2</b>	<b>10</b>
Técnico Judiciário - Área Administrativa		
PROVA I - OBJETIVA CONHECIMENTOS GERAIS		
DISCIPLINA	N. DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Língua Portuguesa	10	0,4
Noções de Informática	5	0,4
Normas aplicáveis aos servidores públicos federais	5	0,4
Raciocínio lógico	3	0,4
Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	2	0,4
<b>TOTAL DA PROVA</b>	<b>25</b>	<b>10</b>
PROVA II - OBJETIVA CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS		
DISCIPLINA	N. DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Noções de Direito Constitucional	10	0,25
Noções de Direito Eleitoral	15	0,25
Noções de Direito Administrativo	10	0,25
Noções de Administração Pública	5	0,25
<b>TOTAL DA PROVA</b>	<b>40</b>	<b>10</b>
Técnico Judiciário - Área de Apoio Especializado - Programação de Sistemas		
PROVA I - OBJETIVA CONHECIMENTOS GERAIS		
DISCIPLINA	N. DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Língua Portuguesa	15	0,4
Normas aplicáveis aos servidores públicos federais	5	0,4
Raciocínio lógico	3	0,4
Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	2	0,4
<b>TOTAL DA PROVA</b>	<b>25</b>	<b>10</b>
PROVA II - OBJETIVA CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS		
DISCIPLINA	N. DE QUESTÕES	PONTOS POR QUESTÃO
Conhecimentos específicos exigidos para o cargo, detalhados no Anexo II	40	0,25
<b>TOTAL DA PROVA</b>	<b>40</b>	<b>10</b>

#### 5.2 DA PROVA OBJETIVA

5.2.1 Cada questão objetiva apresentará 5 (cinco) alternativas (1, 2, 3, 4 e 5) e 1 (uma) única resposta correta.

5.2.2 Por questão de segurança, serão elaborados 4 (quatro) tipos diferentes de Cadernos de Questões com igual conteúdo, mas com apresentação distinta.

5.2.3 Caso o candidato não assinie a Folha de Respostas, sua prova não será corrigida, ficando automaticamente eliminado do Concurso Público.

5.2.4 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção das provas.

5.2.4.1 O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na Folha de Respostas.

5.2.4.2 Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato. 5.2.5 O candidato deve realizar a conferência do Caderno de Questões, no momento de seu recebimento. Caso esteja incompleto ou apresente defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.

#### 5.3 DA PROVA DISCURSIVA

5.3.1 A prova discursiva será aplicada aos cargos de Analista Judiciário.

5.3.2 As questões discursivas versarão sobre temas relacionados nos conteúdos programáticos dos cargos de Analista Judiciário (Anexo II deste Edital) e serão objeto de verificação, além da adequação técnica do texto à questão proposta, o uso correto da língua portuguesa (forma redacional, coerência, coesão, ortografia, concordância e pontuação).

5.3.3 Para a aferição do critério de correção gramatical, poderão os candidatos valerem-se das normas ortográficas vigorantes antes ou depois daquelas implementadas pelo Decreto n. 6.583, de 29.9.2008, com a redação dada pelo Decreto n. 7.875, de 27.12.2012, em decorrência do período de transição previsto no parágrafo único do art. 2º daquele Decreto, que estabeleceu o acordo ortográfico da Língua Portuguesa.

5.3.4 A prova discursiva será corrigida de forma desidentificada. A folha destinada à transcrição das respostas das questões discursivas não poderá ser assinada em outro local que não o apropriado, nem conter rubrica, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de o candidato ter anuladas ambas as questões.

5.3.5 A Folha de Respostas das questões discursivas será o único documento válido para as suas avaliações.

5.3.6 As respostas às questões discursivas deverão ser manuscritas em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

5.3.6.1 No caso de candidato portador de deficiência que houver requerido condição especial de prova (leitor, auxílio para transcrição, entre outras), na forma do item 4.26.4 deste Edital, para as respostas às questões discursivas será acompanhado por fiscal designado pela CONTRATADA, devidamente treinado, para quem deve ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

5.3.7 O texto de resposta a cada questão discursiva deverá ter extensão mínima de 10 (dez) e máxima de 20 (vinte) linhas.

5.3.8 A folha para rascunho no Caderno de Questões é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva pela banca examinadora.

5.3.9 A publicação da nota da prova discursiva, após sua correção, será realizada em conformidade com o disposto no item 3 deste Edital.

#### 6 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 1 (uma) hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta e com documento de identidade original, preferencialmente o constante no Formulário de Inscrição.

6.1.1 O candidato deverá observar atentamente os horários e os locais de realização das provas, inclusive quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos.

6.1.2 No caso de dúvida quanto ao local de prova do candidato, valerá o local registrado no Cartão de Convocação para Provas.

6.2 As provas terão a duração de 4 (quatro) horas para os cargos de Técnico Judiciário, e de 5 (cinco) horas para os cargos de Analista Judiciário.

6.3 As provas serão aplicadas das 13h00min às 17h00min - para os cargos de Técnico Judiciário - e das 13h00min às 18h00min - para os cargos de Analista Judiciário, incluído o tempo despendido com o processo de identificação civil previsto no item 6.4 deste Edital e com a coleta de impressão digital (identificação digital), ressalvada a situação prevista no item 4.26.5.

6.3.1 Caso o candidato esteja impedido fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no termo de ocorrência constante na lista de presença da respectiva sala.

6.4 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

6.4.1 Não serão aceitos como documentos de identificação: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, tampouco documentos ilegíveis, não identificáveis ou danificados.

6.4.2 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 60 (sessenta) dias anteriores à data das provas.

6.4.3 Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas, nem protocolos de entrega de documentos.

6.4.4 No caso de sua identificação suscitar dúvidas, o candidato deverá, além da identificação digital de que trata o item 6.3, preencher uma declaração de confirmação de seus dados, para ter acesso ao local da prova.

6.4.5 O candidato que, por algum motivo, se recusar a seguir o procedimento do item 6.4.4, deverá assinar 3 (três) vezes uma declaração onde assumirá a responsabilidade por essa decisão.

6.4.5.1 A recusa ao atendimento desse procedimento acarretará a eliminação do candidato, sendo lavrado termo de ocorrência, testemunhado por 2 (dois) candidatos presentes na sala de provas, por fiscal de sala e pelo coordenador da unidade.

6.5 Não será admitido o ingresso de candidatos no local de realização da prova após o horário fixado para o seu início.

6.6 Durante a realização das provas, não será permitido:

a) comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta;

b) o uso de máquinas de calcular e/ou similares e de quaisquer equipamentos que permitam o armazenamento ou a comunicação de dados e informações, tais como: telefone celular, gravador, receptor, pager e qualquer equipamento de rádio comunicação;

c) o uso de aparelhos e/ou equipamentos elétricos ou eletrônicos, tais como: bip, telefone celular, agenda eletrônica, notebook, mp3, palmtop, tablet, receptor, gravador, máquina fotográfica e controle de alarme de carro;





**10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

10.1 Ocorrendo empate na nota (média) final, para efeito de desempate, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios:

- a) maior idade, conforme o parágrafo único do art. 27 da Lei n. 10.741, de 1º.10.2003, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso, nos termos do art. 1º da mencionada Lei - possuírem 60 (sessenta) anos completos ou mais;
- b) maior pontuação obtida na prova de conhecimentos específicos;
- c) maior pontuação obtida na prova discursiva;
- d) maior pontuação obtida na prova de conhecimentos gerais;

- e) maior tempo de exercício efetivo da função de jurado, nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal, com a redação conferida pela Lei n. 11.689, de 9.6.2008;
- f) maior tempo de serviço prestado à Justiça Eleitoral, na forma prevista no art. 98 da Lei n. 9.504, de 30.9.1997;
- g) maior idade, no caso de candidato não idoso.

10.2 Os critérios previstos nas letras "e", "f" e "g" do item anterior serão aplicados pelo TRESAC após a homologação do Concurso, por ocasião da publicação no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico do TRESAC ([www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br)), do edital de convocação para o chamamento dos candidatos empatados dentro do número de vagas a serem providas.

10.2.1 Surgindo vagas dentro do prazo de validade do Concurso, novo edital de convocação será publicado para o chamamento dos candidatos empatados.

10.3 Os candidatos convocados deverão apresentar, até 10 (dez) dias após a publicação prevista nos itens 10.2 e 10.2.1 deste Edital, as certidões comprobatórias dos tempos descritos nas letras "e" e "f" do item 10.1 deste Edital, sob pena de ser considerada desistência temporária nos termos do item 9.3.3 deste Edital.

10.4 A aferição da idade e dos demais requisitos descritos no item 10.1 deste Edital terá como marco final a data da realização das provas.

10.5 Os documentos deverão ser encaminhados pessoalmente ou postados, via SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR) à Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento do TRESAC, situada na Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro - Florianópolis/SC, CEP 88.015-130.

10.5.1 Para efeito de aferição do encaminhamento tempestivo da documentação, será considerada a data de postagem do envelope ou a certificação de recebimento no TRESAC por servidor da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento.

**11 - DA VALIDADE DO CONCURSO**

11.1 O Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período, a contar da data de publicação do Edital de homologação de seu resultado final.

**12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 Eventuais alterações de cronograma poderão ocorrer, não cabendo ao candidato delas alegar desconhecimento.

12.1.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso, divulgados de acordo com o disposto no item 3 deste Edital.

12.2 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou por motivo de força maior, até a data da convocação dos candidatos para a realização das provas, circunstância que constará em edital a ser divulgado em conformidade com o disposto no item 3 deste Edital.

12.3 O TRESAC e a CONTRATADA não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alojamento e/ou alimentação dos candidatos, durante a realização do Concurso, mesmo na hipótese de alteração das datas inicialmente previstas, reprogramação de qualquer fase, inclusive de provas, de acordo com determinação do TRESAC e/ou da CONTRATADA.

12.4 O candidato que fizer falsas declarações ou se inscrever ou que não possa comprovar todas as condições arroladas neste Edital terá sua inscrição cancelada, e será anulado todo o ato dela decorrente, mesmo que o candidato tenha sido aprovado no Concurso.

12.5 A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

12.5.1 Não serão objeto de avaliação nas provas objetivas as normas ortográficas alteradas pelo Decreto n. 6.583, de 29.9.2008, com a redação dada pelo Decreto n. 7.875, de 27.12.2012, em decorrência do período de transição previsto no parágrafo único do art. 2º do referido Decreto, que estabeleceu o acordo ortográfico da Língua Portuguesa.

12.6 Nas referências a horários neste Edital, deverá ser considerado o horário oficial de Brasília/DF.

12.7 Os candidatos nomeados estarão subordinados ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei n. 8.112, de 11.12.1990 e alterações posteriores) e à Lei n. 11.416, de 15.12.2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

12.8 Para todos os cargos, a jornada máxima de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, na forma do artigo 19 da Lei n. 8.112, de 11.12.1990.

12.9 Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pela Presidência do TRESAC.

12.10 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de outro Edital a ser publicado no Diário Oficial da União.

**13 - ÍNDICE DE ANEXOS  
ANEXO I - DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS  
ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO  
ANEXO III - RELAÇÃO DAS ZONAS ELEITORAIS DO ESTADO**

Des. ELÁDIO TORRET ROCHA

**ANEXO I****DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****101 - CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - ARQUIVOLOGIA**

Realizar atividades de nível superior relacionadas com manutenção, conservação, divulgação e recuperação de documentos, bem como com implantação e desenvolvimento de arquivos.

**102 - CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA**

Executar atividades privativas de bacharel em Direito relacionadas com processamento de feitos e apoio a julgamentos.

**103 - CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - ANÁLISE DE SISTEMAS**

Realizar atividades de nível superior relacionadas com desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas informatizados.

**104 - CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**

Executar atividades de nível intermediário relacionadas com as funções de administração de recursos humanos, materiais e patrimoniais, orçamentários e financeiros, controle interno, bem como as de desenvolvimento organizacional e suporte técnico e administrativo às unidades organizacionais.

**105 - CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS**

Executar atividades de nível intermediário relacionadas com a programação de sistemas informatizados.

**ANEXO II****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****A) Para o cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO - ARQUIVOLOGIA:**

Conhecimentos Gerais (25 questões):

1 - LÍNGUA PORTUGUESA (10 questões): Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Separação de sílabas. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, verbo, artigo, preposição, advérbio, conjunção, numeral e pronomes. Pronomes: colocação, uso, formas pronominais de tratamento. Flexão nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Emprego de tempos e modos. Vozes do verbo. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. Estrutura do vocábulo: radicais e afixos. Formação de palavras: composição e derivação. Termos da oração. Tipos de sujeito. Estrutura do período: coordenação e subordinação. Sinônimos, antônimos e homônimos. Interpretação de textos.

2 - NOÇÕES DE INFORMÁTICA (5 questões): Sistema operacional Windows 7. Microsoft Office 2007: Word, Excel. Conceitos de Internet e Intranet e Correio eletrônico. Cópias de segurança (backup e restore). Conceito, manipulação (copiar, mover, apagar, renomear) e organização de arquivos (pastas/diretórios/compactação). Conceitos de sistemas antivírus. Noções de segurança da informação. Conceitos e técnicas de digitalização de documentos.

3 - NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (5 questões): Lei n. 8.112, de 11.12.90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União) e alterações: Das disposições preliminares: do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição. Dos direitos e vantagens: do vencimento e da remuneração, das vantagens, das férias, das licenças, dos afastamentos, das concessões, do tempo de serviço, do direito de petição. Do regime disciplinar: dos deveres e proibições, da acumulação, das responsabilidades, das penalidades, do processo administrativo disciplinar.

4 - RACIOCÍNIO LÓGICO (3 questões): Problemas com sistemas de medidas: medidas de tempo, sistema decimal de medidas, sistema monetário brasileiro. Raciocínio lógico-matemático: estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

5 - REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA (2 questões): Artigos 1º ao 32 da Resolução TRESAC n. 7.847, de 12.12.2011, e alterações posteriores.

Conhecimentos Específicos (50 questões) e prova discursiva (2 questões):

1 - Conceitos fundamentais de arquivologia: teoria e princípios. Gerenciamento da informação e gestão de documentos aplicada aos arquivos governamentais. Diagnóstico; arquivos correntes, intermediários e permanentes. Classificação de documentos arquivísticos. Avaliação de documentos: valores dos documentos. Tipologias documentais e suportes físicos: teoria e prática. Teoria e prática de arranjo em arquivos permanentes: princípios; quadros; propostas de trabalho. Instrumentos de gestão arquivística. O programa descritivo - instrumentos de pesquisas - em arquivos permanentes e intermediários. Fundamentos teóricos. Guias, Inventários, catálogos Seletivos e instrumentos de referência. Arquivos permanentes: ações culturais e educativas e difusão. Políticas Públicas de Arquivo: le-

gislação arquivística, normas nacionais e internacionais de arquivo e Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname). Microfilmagem aplicada aos arquivos: políticas, planejamento e técnicas (convencional e eletrônica). Automação aplicada aos arquivos: políticas, planejamento e técnicas. Preservação, conservação e restauração de documentos arquivísticos: política, planejamento e técnicas. Documentos eletrônicos (digitais): produção; captura; armazenamento; ética, privacidade dos dados, Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, Modelo de Requisitos Informatizados de Gestão de Processos e Documentos da Justiça Federal - Moreq - Jus. Preservação Digital: Conceitos, definições, estratégias e metadados. Certificação Digital: conceito, definição, infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP/Brasil, assinatura Digital, criptografia simétrica e assimétrica. Indexação: conceito, definição, linguagens de indexação, descritores, processos de indexação, tipos de indexação. O ciclo de vida dos documentos. A arquivística na gestão da informação e do conhecimento: conceitos, definições, documentos de arquivo, dado, informação e conhecimento.

B) Para o cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA:

Conhecimentos Gerais (25 questões):

1 - LÍNGUA PORTUGUESA (10 questões): Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Separação de sílabas. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, verbo, artigo, preposição, advérbio, conjunção, numeral e pronomes. Pronomes: colocação, uso, formas pronominais de tratamento. Flexão nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Emprego de tempos e modos. Vozes do verbo. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. Estrutura do vocábulo: radicais e afixos. Formação de palavras: composição e derivação. Termos da oração. Tipos de sujeito. Estrutura do período: coordenação e subordinação. Sinônimos, antônimos e homônimos. Interpretação de textos.

2 - NOÇÕES DE INFORMÁTICA (5 questões): Sistema operacional Windows 7. Microsoft Office 2007: Word, Excel. Conceitos de Internet e Intranet e Correio eletrônico. Cópias de segurança (backup e restore). Conceito, manipulação (copiar, mover, apagar, renomear) e organização de arquivos (pastas/diretórios/compactação). Conceitos de sistemas antivírus. Noções de segurança da informação. Conceitos e técnicas de digitalização de documentos.

3 - NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (5 questões): Lei n. 8.112, de 11.12.90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União) e alterações: Das disposições preliminares: do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição. Dos direitos e vantagens: do vencimento e da remuneração, das vantagens, das férias, das licenças, dos afastamentos, das concessões, do tempo de serviço, do direito de petição. Do regime disciplinar: dos deveres e proibições, da acumulação, das responsabilidades, das penalidades, do processo administrativo disciplinar.

4 - RACIOCÍNIO LÓGICO (3 questões): Problemas com sistemas de medidas: medidas de tempo, sistema decimal de medidas, sistema monetário brasileiro. Raciocínio lógico-matemático: estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

5 - REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA (2 questões): Artigos 1º ao 32 da Resolução TRESAC n. 7.847, de 12.12.2011, e alterações posteriores.

Conhecimentos Específicos (50 questões):

1 - DIREITO CONSTITUCIONAL (10 questões): Constituição: conceito e classificação, poder constituinte, interpretação, aplicabilidade das normas constitucionais, controle de constitucionalidade. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direito e deveres individuais e coletivos, nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos. Organização do Estado: Organização Político-Administrativa, União, Estados Federados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. Administração Pública: disposições gerais, servidores públicos. Organização dos Poderes: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Mandado de segurança. Habeas Corpus.

2 - DIREITO ELEITORAL (15 questões): Órgãos da Justiça Eleitoral. Alistamento eleitoral. Partidos políticos: organização e funcionamento; prestação de contas; acesso gratuito ao rádio e à televisão. Fidelidade Partidária. Convenções para escolha de candidatos. Coligações. Registro de candidatos. Elegibilidade: conceito; condições. Inelegibilidades. Propaganda eleitoral. Sistema eleitoral. Representação proporcional. Seções eleitorais. Mesas receptoras. Polícia dos trabalhos eleitorais. Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais. Prestação de contas nas campanhas eleitorais. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral. Diplomas. Nulidades da votação. Garantias eleitorais. Recursos. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo. Disposições penais. Crimes eleitorais. Disposições constitucionais aplicáveis. Código Eleitoral (Lei n. 4.737, de 15.7.1965, e alterações posteriores). Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar n. 64, de 18.5.1990, e alterações posteriores). Lei das Eleições (Lei n. 9.504, de 30.9.1997, e alterações posteriores). Lei dos Partidos Políticos (Lei n. 9.096, de 19.9.1995, e alterações posteriores). Resolução TSE n. 22.610, de 25.10.2007, e alterações posteriores. Disposições constitucionais aplicáveis.

3 - DIREITO ADMINISTRATIVO (15 questões): Administração pública: organização administrativa (administração direta e indireta, entidades paraestatais). Agentes públicos. Princípios básicos da administração pública. Controle administrativo, legislativo e judiciário. Poderes administrativos. Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, revogação, anulação e inva-





lidação. Improbidade administrativa (Lei n. 8.429, de 2.6.1992, e alterações posteriores). Licitação: conceito, finalidades, princípios, modalidades, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade, revogação, anulação e sanções, recursos administrativos. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades, interpretação, espécies, cláusulas necessárias, garantias, alteração, execução, inexecução e rescisão. Serviços públicos: conceito, classificação e requisitos. Serviço público centralizado e descentralizado. Domínio Público: conceito, classificação e administração. Aquisição de bens pela administração. Alienação, imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração dos bens públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Processo administrativo na Administração Pública Federal (Lei n. 9.784, de 29.1.1999, e alterações posteriores). Normas aplicáveis aos servidores públicos federais: Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n. 8.112, de 11.12.1990, e alterações posteriores); carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União (Lei n. 11.416, de 15.12.2006, e alterações posteriores).

4 - DIREITO CIVIL (2 questões): Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lei n. 1.237, de 30.10.2010, e alterações posteriores); vigência da lei; aplicação da lei no tempo e no espaço; interpretação e interpretação. Pessoas naturais: personalidade e capacidade; direitos de personalidade. Pessoas jurídicas. Domicílio. Bens. Fatos jurídicos. Direito das obrigações: modalidades; transmissão; adimplemento e extinção; inadimplemento; contratos em geral; responsabilidade civil. Disposições constitucionais aplicáveis.

5 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL (3 questões): Jurisdição e Ação. Partes e Procuradores. Ministério Público. Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça: competência, competência interna. Juiz. Auxiliares da justiça. Atos processuais: forma, tempo, lugar, prazos, comunicações, nulidades. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo e procedimento. Procedimento ordinário. Recursos. Medidas cautelares: disposições gerais. Procedimentos cautelares específicos: arresto, sequestro, busca e apreensão, produção antecipada de provas. Disposições constitucionais aplicáveis.

6 - DIREITO PENAL (2 questões): Aplicação da lei penal. Crime. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Pena. Ação penal. Extinção da punibilidade. Crimes contra a fé pública: falsidade documental. Crimes contra a Administração Pública: crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, crimes praticados por particular contra a administração em geral, crimes contra a administração da justiça. Disposições constitucionais aplicáveis.

7 - DIREITO PROCESSUAL PENAL (3 questões): Aplicação da lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Inquérito policial. Ação penal. Competência. Prova: disposições gerais, exame de corpo de delito e perícias em geral, interrogatório do acusado, testemunhas, documentos, busca e apreensão. Juiz, Ministério Público, Acusado e Defensor, Assistentes e Auxiliares da Justiça. Prisão e liberdade provisória. Citações e intimações. Sentença. Nulidades. Recursos em geral. Execução das penas em espécie. Lei n. 9.099, de 26.9.1995, e alterações posteriores: Juizados Especiais Criminais: fase preliminar, disposições finais. Lei n. 10.259, de 12.7.2001, e alterações posteriores. Disposições constitucionais aplicáveis.

Questões Discursivas (2 questões): 1 (uma) questão sobre tópico constante da disciplina Direito Eleitoral e 1 (uma) questão sobre tópico constante da disciplina Direito Administrativo, elencadas no conteúdo programático de conhecimentos específicos para o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária.

C) Para o cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO - ANÁLISE DE SISTEMAS:

Conhecimentos Gerais (25 questões):  
1 - LINGUA PORTUGUESA (15 questões): Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Separação de sílabas. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, verbo, artigo, preposição, advérbio, conjunção, numeral e pronomes. Pronomes: colocação, uso, formas pronominais de tratamento. Flexão nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Emprego de tempos e modos. Vozes do verbo. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. Estrutura do vocábulo: radicais e afixos. Formação de palavras: composição e derivação. Termos da oração. Tipos de sujeito. Estrutura do período: coordenação e subordinação. Sinônimos, antônimos e homônimos. Interpretação de textos.

2 - NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (5 questões): Lei n. 8.112, de 11.12.90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União) e alterações: Das disposições preliminares: do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição. Dos direitos e vantagens: do vencimento e da remuneração, das vantagens, das férias, das licenças, dos afastamentos, das concessões, do tempo de serviço, do direito de petição. Do regime disciplinar: dos deveres e proibições, da acumulação, das responsabilidades, das penalidades, do processo administrativo disciplinar.

3 - RACIOCÍNIO LÓGICO (3 questões): Problemas com sistemas de medidas: medidas de tempo, sistema decimal de medidas, sistema monetário brasileiro. Raciocínio lógico-matemático: estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

4 - REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA (2 questões): Artigos 1º ao 32 da Resolução TRESA n. 7.847, de 12.12.2011, e alterações posteriores.

Conhecimentos Específicos (50 questões) e prova discursiva (2 questões):

1 - Fundamentos de Governança de TI. COBIT 4.1: fundamentos e processos. ITIL v3: função central de serviços, gerenciamento de incidentes, gerenciamento de problemas, gerenciamento de configuração e de ativos de serviço, gerenciamento de mudanças, gerenciamento de liberação e implantação, gerenciamento de nível de serviço e gerenciamento do catálogo de serviços. MPS.Br: fundamentos, processos nível G e F. Gerenciamento de Projetos baseado no PMBok 4ª Edição e abrangendo as áreas de conhecimento: integração, escopo, tempo, recursos humanos, comunicação, riscos. Programação estruturada: construção de algoritmos e estrutura de dados. Programação orientada a objetos: classes, herança, polimorfismo, encapsulamento, coesão, padrões de projeto de software. Linguagem Java: estrutura da linguagem, arquitetura Java Enterprise Edition, mapeamento objeto-relacional com Java Persistence API (JPA) e Hibernate, Enterprise Java Beans (EJB) 3.0. Bancos de dados: SGBD Oracle 11g, SGBD MySQL 5, SGBD PostgreSQL 9, projeto e modelo de banco de dados relacional, SQL, DDL, DML, DCL, DTL. Programação Web: HTML 5, CSS, Javascript, Web Services. UML: conceitos fundamentais; diagramas: casos de uso, sequência, classes, estados, atividades, análise e deployment. Testes de software: conceitos fundamentais, técnicas de teste de software, plano de teste, ciclo de vida de teste, ferramenta Junit. Qualidade de software: conceitos fundamentais. Métricas de software: APF e UCP. Modelagem de processos de negócio: conceitos fundamentais, notação BPMN, sistemas de Workflow. Princípios básicos de Segurança da Informação: confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação, malware, spyware, engenharia social, controles criptográficos, certificação digital, sistemas de prevenção e detecção de intrusão, antivírus e firewall. Rede: modelo de referência OSI, arquitetura TCP/IP. Fundamentos de administração de servidores: Linux, Apache, DNS, DHCP, Samba.

D) Para o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA:

Conhecimentos Gerais (25 questões):  
1 - LINGUA PORTUGUESA (10 questões): Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Separação de sílabas. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, verbo, artigo, preposição, advérbio, conjunção, numeral e pronomes. Pronomes: colocação, uso, formas pronominais de tratamento. Flexão nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Emprego de tempos e modos. Vozes do verbo. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. Estrutura do vocábulo: radicais e afixos. Formação de palavras: composição e derivação. Termos da oração. Tipos de sujeito. Estrutura do período: coordenação e subordinação. Sinônimos, antônimos e homônimos. Interpretação de textos.

2 - NOÇÕES DE INFORMÁTICA (5 questões): Sistema operacional Windows 7. Microsoft Office 2007: Word, Excel. Conceitos de Internet e Intranet e Correio eletrônico. Cópia de segurança (backup e restore). Conceito, manipulação (copiar, mover, apagar, renomear) e organização de arquivos

(pastas/diretórios/compactação). Conceitos de sistemas antivírus. Noções de segurança da informação. Conceitos e técnicas de digitalização de documentos.

3 - NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (5 questões): Lei n. 8.112, de 11.12.90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União) e alterações: Das disposições preliminares: do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição. Dos direitos e vantagens: do vencimento e da remuneração, das vantagens, das férias, das licenças, dos afastamentos, das concessões, do tempo de serviço, do direito de petição. Do regime disciplinar: dos deveres e proibições, da acumulação, das responsabilidades, das penalidades, do processo administrativo disciplinar.

4 - RACIOCÍNIO LÓGICO (3 questões): Problemas com sistemas de medidas: medidas de tempo, sistema decimal de medidas, sistema monetário brasileiro. Raciocínio lógico-matemático: estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

5 - REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA (2 questões): Artigos 1º ao 32 da Resolução TRESA n. 7.847, de 12.12.2011, e alterações posteriores.

Conhecimentos Específicos (40 questões):

1 - NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL (10 questões): Constituição: Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos políticos, partidos políticos. Administração pública: disposições gerais, servidores públicos. Poder Judiciário: disposições gerais, Supremo Tribunal Federal, Tribunais e Juizes Eleitorais.

2 - NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL (15 questões): Código Eleitoral (Lei n. 4.737, de 15.7.1965, e alterações posteriores): Introdução. Órgãos da Justiça Eleitoral. Alistamento. Eleições: sistema eleitoral; representação proporcional, seções eleitorais, mesas receptoras, polícia dos trabalhos eleitorais, diplomas, nulidades da votação. Garantias eleitorais. Lei das Eleições (Lei n. 9.504, de 30.9.1997, e alterações posteriores). Lei dos Partidos Políticos (Lei n. 9.096, de 19.9.1995, e alterações posteriores).

3 - NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO (10 questões): Princípios básicos da Administração. Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, revogação, anulação e invalidação. Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder. Improbidade administrativa (Lei n. 8.429, de 2.6.1992). Licitação: conceito, finalidades, dispensa, inexigibilidade e modalidades. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e espécies. Processo administrativo na Administração Pública Federal (Lei n. 9.784, de 29.1.1999). Responsabilidade civil da Administração.

4 - NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (5 questões): Princípios. Descentralização e desconcentração. Administração Direta e Indireta; Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização. Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público. Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada. Excelência nos serviços públicos. Gestão da Qualidade. Gestão de resultados na produção de serviços públicos. O paradigma do cliente na gestão pública.

E) Para o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS:

Conhecimentos Gerais (25 questões):  
1 - LINGUA PORTUGUESA (15 questões): Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Separação de sílabas. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, verbo, artigo, preposição, advérbio, conjunção, numeral e pronomes. Pronomes: colocação, uso, formas pronominais de tratamento. Flexão nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Emprego de tempos e modos. Vozes do verbo. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. Estrutura do vocábulo: radicais e afixos. Formação de palavras: composição e derivação. Termos da oração. Tipos de sujeito. Estrutura do período: coordenação e subordinação. Sinônimos, antônimos e homônimos. Interpretação de textos.

2 - NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (5 questões): Lei n. 8.112, de 11.12.90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União) e alterações: Das disposições preliminares: do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição. Dos direitos e vantagens: do vencimento e da remuneração, das vantagens, das férias, das licenças, dos afastamentos, das concessões, do tempo de serviço, do direito de petição. Do regime disciplinar: dos deveres e proibições, da acumulação, das responsabilidades, das penalidades, do processo administrativo disciplinar.

3 - RACIOCÍNIO LÓGICO (3 questões): Problemas com sistemas de medidas: medidas de tempo, sistema decimal de medidas, sistema monetário brasileiro. Raciocínio lógico-matemático: estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

4 - REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA (2 questões): Artigos 1º ao 32 da Resolução TRESA n. 7.847, de 12.12.2011, e alterações posteriores.

Conhecimentos Específicos (40 questões):

1 - Programação estruturada: construção de algoritmos e estrutura de dados. Programação orientada a objetos: classes, herança, polimorfismo, encapsulamento, coesão, padrões de projeto de software. Linguagem Java: estrutura da linguagem, frameworks Java Server Faces (JSF) e Richfaces, mapeamento objeto-relacional com Java Persistence API (JPA) e Hibernate, Enterprise Java Beans (EJB) 3.0. Spring, Jasper Report. Bancos de dados: projeto e modelo de banco de dados relacional, SQL, DDL, DML, DCL, DTL, expressões regulares, gatilho, visão, sinônimos. Linguagem de programação PL/SQL: estrutura da linguagem, package, Store Procedures, Functions, tratamento de exceções, cursores e SQL dinâmico. Programação Web: HTML 5, CSS, Javascript, Web Services. XML: estrutura da linguagem, transformação XSLT, DTD, XML Schema. UML: conceitos fundamentais; diagramas: casos de uso, sequência, classes, estados, atividades, análise e deployment. Testes de software: conceitos fundamentais, técnicas de teste de software, plano de teste, ciclo de vida de teste, ferramenta Junit. Certificação digital: assinatura digital, infraestrutura de chaves públicas, protocolos seguros. Qualidade de software: conceitos fundamentais, usabilidade, acessibilidade, ergonomia de interfaces de software, modelos de maturidade em processo de software. MPS.Br: fundamentos, processos nível G e F. Gerência de configuração de software: conceitos fundamentais. Servidores de aplicação: administração dos servidores Tomcat 7, Jboss AS 6 e Jboss AS 7. Modelagem de negócio: conceitos fundamentais, sistemas de Workflow, BPMN. ITIL v3: função central de serviços, gerenciamento de incidentes, gerenciamento de problemas, gerenciamento de configuração e de ativos de serviço, gerenciamento de mudanças, gerenciamento de liberação e implantação, gerenciamento de nível de serviço e gerenciamento do catálogo de serviços. Princípios básicos de segurança da informação: confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação.

ANEXO III

RELAÇÃO DAS ZONAS ELEITORAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª	Araçuaçu	36ª	Videira	71ª	Abelardo Luz
2ª	Biguaçu	37ª	Capinzal	72ª	São José do Cedro
3ª	Blumenau	38ª	Itapopolis	73ª	Imbituba
4ª	Bom Retiro	39ª	Ituporanga	74ª	Rio Negrinho
5ª	Brusque	40ª	Mondai	75ª	São Domingos



6ª	Cacador	41ª	Palmitos	76ª	Joinville
7ª	Campos Novos	42ª	Jurvo	77ª	Fraiburgo
8ª	Canoinhas	43ª	Xanxerê	78ª	Oitombos
9ª	Concórdia	44ª	Braco do Norte	79ª	Içara
10ª	Criciúma	45ª	São Miguel do Oeste	80ª	Barra Velha
11ª	Curitibanos	46ª	Iano	81ª	Paranduba
12ª	Florianópolis	47ª	Jangará	82ª	Anchieta
13ª	Florianópolis	48ª	Xaxim	83ª	Cunha Porã
14ª	Ibirama	49ª	São Lourenço do Oeste	84ª	São José
15ª	Indaial	50ª	Prioniso Cerqueira	85ª	Joaçaba
16ª	Itajaí	51ª	Santa Cecília	86ª	Brusque
17ª	Jaraguá do Sul	52ª	Anita Garibaldi	87ª	Jaraguá do Sul
18ª	Joaçaba	53ª	São João Batista	88ª	Blumenau
19ª	Joinville	54ª	Sombrio	89ª	Blumenau
20ª	Laguna	55ª	Pomerode	90ª	Concordia
21ª	Lages	56ª	Balneário Camboriú	91ª	Itapema
22ª	Maíra	57ª	Trombudo Central	92ª	Criciúma
23ª	Orleans	58ª	Maravilha	93ª	Lages
24ª	Palhoça	59ª	Turvet	94ª	Chapecó
25ª	Porto União	60ª	Guaramirim	95ª	Joinville
26ª	Rio do Sul	61ª	Seara	96ª	Joinville
27ª	São Francisco do Sul	62ª	Imaruí	97ª	Itajaí
28ª	São Joaquim	63ª	Ponte Serrada	98ª	Criciúma
29ª	São José	64ª	Gaspar	99ª	Tubarão
30ª	São Bento do Sul	65ª	Itapiranga	100ª	Florianópolis
31ª	Tiuuca	66ª	Pinhalzinho	101ª	Florianópolis
32ª	Timbo	67ª	Santo Amaro da Imperatriz	102ª	Rio do Sul
33ª	Tubarão	68ª	Balneário Picarras	103ª	Balneário Camboriú
34ª	Urussanga	69ª	Campo Ere	104ª	Lages
35ª	Chapecó	70ª	São Carlos	105ª	Joinville

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2013

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina torna público que fará realizar a Tomada de Preços n.º 001/2013, do tipo "Menor Preço". 1. OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar a reforma do imóvel que abrigará a sede dos Cartórios Eleitorais de Itajaí/SC. 2. PRAZO: Os envelopes "DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA" deverão ser entregues no Protocolo-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, na Rua Esteves Júnior, n.º 80, térreo, Centro, Florianópolis/SC, até o horário da sessão de abertura do certame, que se dará no dia 20 de novembro de 2013, às 14h, no 5º andar do mesmo endereço, ou às mesmas horas do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. 3. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital poderá ser obtido junto à Coordenadoria de Contratações e Materiais, no 3º andar do endereço antes mencionado, no horário das 13 às 19 horas, ou na Internet, acessando o endereço eletrônico [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br), menu "Transparência", "Contas Públicas". Informações e esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Licitação.

Florianópolis, 31 de outubro de 2013.

HELOÍSA HELENA BASTOS SILVA LÜBKE  
Presidente da Comissão de Licitação

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2013 - UASG 080006

Processo nº 135/2013. Objeto: Pregão Eletrônico - SERVIÇOS DE ENGENHARIA Serviço de Construção remanescente do imóvel da 3ª V.T. do Fórum trabalhista de Olinda-PE. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 01/11/2013 de 08h00 às 17h00. Endereço: Cais do Apolo Nº 739, Bairro do Recife, Recife/PE. Entrega das Propostas: a partir de 01/11/2013 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 13/11/2013 às 11h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

CARLOS EDUARDO DE ALBUQUERQUE MELLO  
Pregoeiro

(SIDEIC - 31/10/2013) 080006-00001-2013NE000052

#### DIRETORIA-GERAL

#### EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do Contrato Administrativo entre o TRT 6ª REGIÃO e TECOMAT - TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS LTDA. OBJETO: Serviço técnico especializado objetivando a realização de teste e elaboração de laudo técnico sobre as condições do revestimento cerâmico da fachada do prédio que abrigará a 3ª VT de Olinda/PE. PROC.: 153/13. MODALIDADE: Licitação dispensável. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inc. I, da Lei nº 8.666/93. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3390.39.05, Programa de Trabalho: 02061057142560026 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho no Estado de Pernambuco - Plano Orçamentário 01. EMPENHO: 2013NE001311, no valor de R\$ 5.000,00. VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.000,00. VIGÊNCIA: 31.10.13 a 30.11.13. DATA E ASSINATURA: 31.10.13. Assinam o presente contrato, pelo TRT6, o Sr. Diretor-Geral, Wlademir de Souza Rolim e, pela Contratada, o Sr. Joaquim Correia Xavier de Andrade Filho.

#### EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo firmado entre o TRT 6ª REGIÃO e a SOSERVI VIGILÂNCIA LTDA. ESPÉCIE: Serviços de vigilância armada para este TRT. PROC.: 153/12. OBJETO: Acréscimo contratual de dois postos tipo 4 para o Edifício-Sede deste TRT, e um posto tipo 3 para a 1ª VT de Ribeirão. NOVO VALOR MENSAL: R\$ 135.805,55. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento de Despesa 3390.39, Programa de Trabalho 02061057142560026 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho no Estado de Pernambuco - Plano Orçamentário 01. EMPENHO: 2013NE001354, no valor de R\$ 37.310,62. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inc. I, alínea "b" e seu § 1º, c/c art. 58, inc. I, ambos da Lei nº 8.666/93. DATA E ASSINATURA: 30.10.13. Assinam este instrumento, pelo TRT6, o Sr. Diretor-Geral, Wlademir de Souza Rolim e, pela Contratada, a Sra. Eveline Maria Dutra.

Espécie: Nono Termo Aditivo ao Contrato de Locação firmado entre o TRT 6ª Região e a MEIRELES S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA. PROC.: 162/05. ESPÉCIE: Locação de parte do imóvel que sedia a 4ª VT de Jaboatão dos Guararapes/PE. OBJETO: Prorrogar o contrato por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 10.11.13, ou até a conclusão da execução dos serviços que serão realizados para adequação das instalações do novo prédio que será locado por este TRT para funcionamento do Fórum Trabalhista de Jaboatão dos Guararapes. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e 8.245/91. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento de Despesa 3390.39, Programa de Trabalho 02061057142560026 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho no Estado de Pernambuco - Plano Orçamentário 01. EMPENHOS: 2013NE000738 e 2013NE000739, nos valores de R\$ 274.435,92 e R\$ 53.522,40, respectivamente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032013110100254

DATA E ASSINATURA: 31.10.13. Assinam o presente instrumento, pelo Locatário, o Sr. Diretor-Geral, Wlademir de Souza Rolim e, pelo locador, o Sr. Manoel Joaquim Meireles Filho.

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

#### AVISOS DE ALTERAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2013

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região comunica alteração do edital do Pregão 69/2013, cujo objeto é a contratação, via sistema de registro de preços, de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos, e fornecimento e instalação de software de segurança eletrônica referente a alarmes e CFTV - Circuito Fechado de Televisão. Nova data para acolhimento das propostas: até as 13h45 do dia 14/11/2013. Nova data para realização da sessão no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) a partir das 14h de 14/11/2013. Retirada do Edital nos sites: [www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br) ou [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Informações pelo telefone (41) 3310-7342 / 7375 ou pelo correio eletrônico: [slc@trt9.jus.br](mailto:slc@trt9.jus.br) ou [licitacao@trt9.jus.br](mailto:licitacao@trt9.jus.br)

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2013

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região comunica alteração do edital do Pregão 69/2013, cujo objeto é a contratação, via sistema de registro de preços, de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos, e fornecimento e instalação de software de segurança eletrônica referente a alarmes e CFTV - Circuito Fechado de Televisão. Nova data para acolhimento das propostas: até as 13h45 do dia 14/11/2013. Nova data para realização da sessão no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) a partir das 14h de 14/11/2013. Retirada do Edital nos sites: [www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br) ou [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Informações pelo telefone (41) 3310-7342 / 7375 ou pelo correio eletrônico: [slc@trt9.jus.br](mailto:slc@trt9.jus.br) ou [licitacao@trt9.jus.br](mailto:licitacao@trt9.jus.br)

DANIEL SOUZA  
Pregoeiro

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2013

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região comunica alteração do edital do Pregão 63/2013, cujo objeto é o registro de preços para fornecimento e instalação de equipamentos e sistemas integrados de controle de acesso nas unidades do TRT da 9ª Região. Nova data para acolhimento das propostas: até as 14h45 do dia 18/11/2013. Nova data para realização da sessão no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) a partir das 15h de 18/11/2013. Retirada do Edital nos sites: [www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br) ou [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Informações pelo telefone (41) 3310-7342 / 7375 ou pelo correio eletrônico: [slc@trt9.jus.br](mailto:slc@trt9.jus.br) ou [licitacao@trt9.jus.br](mailto:licitacao@trt9.jus.br)

YOLE UENO  
Pregoeiro

#### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2013

O TRT da 9ª Região torna público o resultado final do Pregão 73/2013, o qual tem por objeto o registro de preços para aquisição de aparelhos telefônicos sem fio. Empresa vencedora: EM-BRAMAR COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA - ME - CNPJ 17.846.708/0001-60 - Valor unitário: R\$ 103,50.

AMANDA MARZALL  
Pregoeira

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 99/2013 - UASG 080016

Processo nº 3445/2013. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa concessionária autorizada Renault, para manutenção programada, dentro do período de garantia, de 07 veículos modelo Fluence DYN 2.0, HI-FLEX. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 01/11/2013 de 10h00 às 17h00. Endereço: Sas Quadra 01 Bloco D Praça Dos Tribunais Superiores Asa Sul - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 01/11/2013 às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 14/11/2013 às 14h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

ANDERSON DOS SANTOS ALMEIDA  
Chefe do Núcleo de Licitações

(SIDEIC - 31/10/2013) 080016-00001-2013NE000009

#### AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2013

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 18/10/2013. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários a sua execução no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no âmbito do Estado de Tocantins.

GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS  
Diretor-Geral

(SIDEIC - 31/10/2013) 080016-00001-2013NE000009

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO DIRETORIA-GERAL

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO: TRT/18ª PA nº 2930/2011. CONTRATADA: COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - ALGAR TELECOM. ESPÉCIE: 2º termo aditivo ao contrato nº 094/2011. OBJETO: Prorroga a vigência do contrato, pelo período de 12 meses, a contar de 19/12/2013, dentre outras adequações. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, e art. 65, I, "a", ambos da Lei nº 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 29/10/2013.

### JUSTIÇA FEDERAL 1ª REGIÃO SEÇÃO JUDICIÁRIA NO AMAZONAS DIRETORIA DO FORO

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo n.º 201332000087000870152000047 - AM. Objeto: Contratação de empresa especializada para elaborar e executar a obra necessária ao pleno funcionamento do sistema de proteção, captação e drenagem de águas pluviais nos terraços dos Edifícios Sede e Anexo II e a substituição do telhado do Edifício Sede. Contratada: Eveline da Silva Cardoso - EPP. Valor: R\$ 139.841,43 global. Base Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.